

INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: O CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA

Gilson Batista de Oliveira¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo geral discutir a relação entre crescimento econômico, desenvolvimento e industrialização especificamente analisar o caso da Região Metropolitana da Baixada Santista. Para tanto, faz-se uma discussão sobre o sentido do desenvolvimento abordando a dicotomia entre esses fenômenos. Em seguida, estuda-se o processo de industrialização da Baixada Santista. E, finalmente, analisa-se o nível de desenvolvimento regional com base no Indicador do Desenvolvimento Humano Municipal e no Índice de Condições de Vida.

Introdução

A Região Metropolitana da Baixada Santista, localizada no litoral do Estado de São Paulo, é composta atualmente pelos municípios de Santos, Cubatão, São Vicente, Guarujá, Praia Grande, Bertioga, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe, teve sua dinâmica espacial completamente alterada pela política de industrialização brasileira, pelo chamado planejamento centralizado.

Até o princípio da década de 50, a economia da região era concentrada em duas atividades básicas: agricultura e comércio. A primeira voltada para o mercado interno, principalmente para a Grande São Paulo. Já a segunda era direcionada para o mercado externo, concentrada na cidade de Santos, devido a presença do porto que escoava grande parte da produção nacional de grãos, com destaque, durante certo período, para o café.

¹ Mestrando em Desenvolvimento Econômico – UFPR. E-mail : batista @ sociais. ufpr.br

O processo de industrialização regional (com indústrias de base) veio, de fato, com a decisão do Governo Federal, em 1949, de instalar uma refinaria de petróleo na região, especificamente na cidade de Cubatão, batizada de Refinaria Presidente Bernardes que, por assim dizer, deflagrou todo o processo de industrialização regional. Esse processo provocou um grande surto migratório. Pessoas de todas as partes do Brasil se dirigiram para a região em busca de uma vida melhor, do desenvolvimento.

Isto posto, este artigo visa analisar no geral a relação entre crescimento, desenvolvimento e industrialização e no particular o processo de industrialização e o desempenho dos indicadores de desenvolvimento humano da Baixada Santista. Nesse sentido, o trabalho é composto de três partes. Na primeira é feita uma discussão sobre o sentido do desenvolvimento. Em segundo lugar, é estudado o processo de industrialização da região. Na última parte, procura-se analisar como a qualidade de vida regional foi afetada utilizando-se o Indicador do Desenvolvimento Humano Municipal e o Índice de Condições de Vida.

1. O Sentido do Desenvolvimento

O debate acerca do conceito de desenvolvimento é bastante rico no meio acadêmico, principalmente, quanto à distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico.

O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve trazer crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)”. (VASCONCELLOS & GARCIA, 1998, p.205).

Os debates sobre o desenvolvimento econômico foram acirrados no período posterior a segunda grande guerra. Segundo Sunkel & Paz (1988), terminado o conflito bélico, que foi resultado de fatores econômicos, políticos e históricos muito profundos, que não cabe analisar aqui, o tema foi encarado por todos os países, principalmente, os aliados, que visavam livrar o mundo, e, obviamente, seu próprio país, dos problemas que nos perseguiram, e ainda perseguem, nos períodos anteriores: a guerra, o desemprego, a miséria, a discriminação racial, as desigualdades políticas, econômicas e sociais.

Essa preocupação revela os anseios de progresso e de melhoria das condições de vida das nações e regiões, que podem ser vislumbrados tanto na primeira Declaração Interaliada de 1941, como na Carta do Atlântico, do mesmo ano, que expressavam o desejo de criar condições para que todos os homens possam desfrutar de seguridade econômica e social. Tais intenções foram reafirmadas em diversas declarações e conferências que sucederam durante e após o período de guerra. Na Declaração das Nações Unidas, firmada por representantes de vinte e seis nações em 1942, nas conferências das quatro grandes potências realizadas em 1943 em Moscou e Teerã, e em 1944 em Dumbarton Oaks e Yalta.

O documento de maior importância desta época, no que tange a questões de desenvolvimento, é a Carta das Nações Unidas, divulgada, em abril de 1945, na Conferência de São Francisco. Nesta conferência é criada oficialmente a Organização das Nações Unidas (ONU), composta inicialmente por cinquenta e um países, cuja a finalidade primava pela manutenção e melhoramento dos níveis de qualidade de vida, ou seja, tinha como propósito contribuir para a elevação dos níveis de desenvolvimento em todos os sentidos da palavra. Ademais, os países que compunham a ONU, estavam decididos a: promover o crescimento e melhorar os níveis de vida dentro de uma liberdade maior; a utilizar as instituições internacionais para promoção do avanço econômico e social; conseguir cooperação

internacional necessária para resolver os problemas internacionais de ordem econômico, social, cultural ou de caráter humanitário; e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais de toda a população do globo, sem distinção de raça, credo, sexo, idioma ou cor.

No decorrer das décadas que sucederam à criação da ONU muito se caminhou no sentido de se promover um processo de desenvolvimento equitativo entre as mais distintas regiões do globo. No entanto, a dicotomia entre crescimento econômico e desenvolvimento ainda não foi bem esclarecida.

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos do produto e da renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano.

1.1. Industrialização e Desenvolvimento

A associação de desenvolvimento com industrialização é muito comum na literatura econômica, pois a indústria é responsável por crescentes aumentos no nível do produto, no assim chamado crescimento econômico. Isso ocorre, principalmente, devido a ampliação da atividade econômica advinda dos efeitos de encadeamento oriundos deste processo. Efeitos que servem para aumentar a crença de que a industrialização é indispensável para se obter melhores níveis de crescimento e de qualidade de vida. Essa é razão pela qual praticamente todos os países e regiões do mundo almejam tanto a industrialização.

Sunkel & Paz (1988) demonstram que o desenvolvimento da indústria foi durante algum tempo considerado como sinônimo de desenvolvimento econômico. Este processo, no

entanto, não se dá necessariamente de maneira espontânea, pode ser deflagrado por medidas e ações dos governos que vêm na indústria o caminho para alcançar o desenvolvimento. A idéia de buscar o desenvolvimento via industrialização é reforçada pelo desempenho das nações industrializadas que alcançaram níveis mais elevados de conforto e de qualidade de vida.

Na década de 1950 os países e regiões subdesenvolvidas deram atenção especial à elaboração e à implementação de planos para se alcançar o desenvolvimento. Porém, estes planos limitavam-se a promover um processo de industrialização intensiva, que por ser sinônimo de crescimento econômico, era também considerado como sinônimo de desenvolvimento econômico. (MILONE, 1998).

Na América Latina, e no Brasil, durante a década de 1950 e 1960, as políticas de desenvolvimento enfatizavam a necessidade de promover o crescimento do Produto através da acumulação de capital e da industrialização baseada na estratégia de substituição de importações. Essa estratégia visava produzir internamente o que antes era importado. Para tanto, protegia-se os produtores internos da concorrência estrangeira através de taxas e tarifas de importação, além de uma série de benefícios concedidos pelos Governos, que acreditavam que a industrialização era a chave para o desenvolvimento.

No entanto, conforme Sliwiany (1987) a industrialização não gera unicamente aumento do PIB (Produto Interno Bruto) e da renda nacional, acelera a distância entre crescimento econômico e desenvolvimento (qualidade de vida), pois provoca dentre outros fatores a destruição e poluição do meio ambiente, distorções de urbanização e alienação do homem.

Cano (1985, p.29) observa que, nas regiões industrializadas do Brasil “a qualidade de vida baixou consideravelmente: ganharam mais indústrias e mais empregos, mas também

ganharam mais filas de transporte, menos água, escolas e hospitais [...] e muito mais favelas”. A participação do Estado como regulador, produtor e indutor do desenvolvimento no Brasil não logrou bons resultados. Conseguimos, sem dúvida alguma, ampliar nossa estrutura produtiva (industrialização) mas, ampliamos o hiato entre as taxas desenvolvimento e de crescimento.

Crescimento e industrialização nem sempre significam desenvolvimento. O Brasil é o maior exemplo disto. A necessidade de industrialização e de crescimento econômico ofuscou a visão daquilo que realmente importa no processo de desenvolvimento, a qualidade de vida da população.

Por muito tempo foi esquecido que as pessoas são ambos os meios e o fim do desenvolvimento econômico. O que importa na verdade, é mais do que o nível de crescimento ou de industrialização que conseguimos, é como os frutos do progresso, da industrialização, do crescimento econômico, são distribuídos para a população de modo a melhorar o nível de vida de todos.

2. O Processo de Industrialização da Baixada Santista

As atividades industriais na Região Metropolitana da Baixada Santista², doravante RMBS, foram desenvolvidas, até as primeiras décadas deste século, para dar suporte às atividades portuárias, basicamente para atender a demanda local de produtos de primeira necessidade, tais como sabões e produtos alimentícios.

² A Região Metropolitana da Baixada Santista, RMBS, pode ser dividida em dois blocos. O primeiro com influência direta do complexo industrial. Com um maior grau de interdependência e intensa conurbação. Nesta condição estão os municípios de Santos (sede da RMBS), Guarujá, São Vicente, Praia Grande e Cubatão. No segundo bloco, estão os municípios mais afastados da cidade sede e do complexo industrial. São cidades que têm no turismo a principal atividade econômica. Fazem parte deste bloco a cidade de Bertioga, Mongaguá, Itanhaém

No decorrer do tempo, vários curtumes se instalaram na região para aproveitar o potencial das áreas alagadiças (mangue) , de onde extraíam o tanino, produto necessário à preparação do couro. Não obstante, também se instalaram alguns engenhos de açúcar³ que juntamente com os curtumes foram as primeiras atividades secundárias da região. Essas atividades foram sendo extintas gradativamente, devido o término das plantações de cana-de-açúcar e da redução acelerada da produção de tanino por causa da degradação dos manguezais. Na década de 1930 já não havia mais nenhum engenho de açúcar ou curtume em funcionamento na região.

A primeira indústria importante da Baixada Santista foi a Companhia Santista de Papel, implantada, em 1918, numa área 450 hectares, espaço hoje pertencente ao Município de Cubatão. A Companhia Santista de Papel “(...) pretendia, através de reflorestamento, produzir matéria prima para a produção de celulose, o que não se concretizou” (SOARES, 1984, p. 58).

Em 1926, iniciam-se as atividades da usina hidrelétrica da *Light*⁴ com capacidade de produção de 474 mil KW, estendido em mais 390 mil KW, no período de 1952-55, com a construção de uma usina subterrânea, totalizando, então, um potencial de 864 mil KW. A princípio, a usina da *Light* fora projetada para atender a crescente demanda de energia da Grande São Paulo que passava por um processo de industrialização acelerada, graças a acumulação de capital gerada no período áureo do café. Contudo, *a posteriori*, através da venda do excedente à *City of Santos Improvements Co.* passou a fornecer energia à Baixada Santista e acabou se tornando um fator decisivo para industrialização regional.

e Peruíbe.

³ Estes datam do princípio da colonização sendo instalados inicialmente na Ilha de São Vicente (Municípios de Santos e São Vicente) e se espalharam, embora em unidades menores, pela região.

⁴ Denominação popular da São Paulo Light and Power Co. Ltd., instalada no “pé” da serra do mar canalizando rios do planalto.

Na década de 30, instala-se no Município de São Vicente uma fábrica de vidro de propriedade da Companhia Vidraria Santa Marina visando a exploração das jazidas de areia existentes da cidade.

No segundo pós guerra, as indústrias tradicionais passam a conviver com significativas mudanças estruturais advindas da instalação de indústrias de base promovida pela política de industrialização via substituição de importações.

A política industrializante do Brasil surte efeitos na economia regional quando, em 1949, o governo federal decide implantar no Município de Cubatão uma refinaria de petróleo batizada de Refinaria Presidente Bernardes de Cubatão (RPBC).

A RPBC foi posta em operação em 1954, atraindo para suas adjacências uma série de indústrias químicas, que aproveitavam insumos oriundos do processo de refinamento. Iniciava-se, assim, o complexo industrial de Cubatão, notadamente o ramo petroquímico.

Goldenstein (1972) caracteriza a RPBC como o marco da industrialização regional, que dinamizou a economia de todos os municípios circunvizinhos pois, enfrentavam constante redução da atividade econômica devido a derrocada do café, principal *commodity* exportada através do porto de Santos até o princípio do segundo conflito bélico mundial.

No decorrer da década de 50 instalaram-se, também no Município de Cubatão, a Companhia Brasileira de Estireno, a União Carbide S.A, A Companhia Petroquímica, a Alba S.A - Indústrias Químicas, a Carbocloro Ind. Químicas Ltda e a Quimbrasil.

No final dos anos 50, a Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) inicia a construção da usina José Bonifácio. A primeira etapa do projeto da COSIPA termina em 1963, com o funcionamento da laminação que opera com lingotes de origens diversas. A etapa seguinte, destinada a produzir coque metalúrgico estava pronta em 1965, adquirindo, então, a COSIPA um caráter de usina integrada.

A implantação da COSIPA não provocou a constituição de um complexo metal-mecânico nos moldes do complexo petroquímico. As únicas indústrias que se formaram para aproveitar o potencial gerado por ela foram a Companhia de Cimento Santa Rita, localizando-se ao lado da usina para utilizar a escória⁵ como insumo, e a Engebasa e Nobara, situada no Município de Guarujá, fazendo uso do aço para o fabrico de plataformas marítimas de prospecção de petróleo.

O Pólo Industrial de Cubatão é constituído na sua plenitude com a implantação do complexo de fertilizantes que se utiliza de derivados de petróleo como matéria prima. Primeiro com a Petroquisa, seguida da Ultrafertil e Copebrás. Na atualidade, esse complexo envolve várias indústrias produtoras e com marcas próprias, como por exemplo, Manah, Adubos Trevo, IAP, dentre outros.

Longe de Cubatão mas interligada ao pólo industrial, no Município de Guarujá está localizada a Dow Química, com cais privativo que facilita o contato com os demais pólos industriais internos e externos⁶.

Atualmente, o complexo industrial conta com cerca de 38 fábricas ligadas à petroquímica e a siderurgia. Complexo este que na realidade não deveria estar ali. A falta de planejamento está na raiz dos problemas do município e deixou de sua marca na instalação do pólo industrial. A prioridade era o desenvolvimento a qualquer preço, e esse viria com a industrialização, resquício da política brasileira de desenvolvimento. Por decisões política e algumas vantagens locacionais, o pólo industrial foi instalado numa localização geográfica inusitada que dificulta a dispersão dos poluentes. Os gases emitidos pelas indústrias durante sua operação são levados pelos ventos marítimos que sopram do sudoeste e esbarram na Serra

⁵ Restos da fabricação do aço. Em períodos posteriores, esse insumo atraiu também outras fábricas de cimento como a Votorantim.

do Mar, uma barreira natural de mais de 700 metros de altura. (GOLDENSTEIN, 1972; SOARES, 1984; GUTBERLET, 1996).

Na cidade de Santos desenvolveu-se um distrito industrial, que inicialmente complementaria o complexo cubatense. Atualmente, o distrito industrial localizado no bairro Alemoa reúne aproximadamente 32 indústrias. As principais indústrias santistas são a Mobil Oil do Brasil Ind. Com. Ltda. e a Petroquímica Paulista S/A (PEPASA).

3. Desenvolvimento e Qualidade de Vida na Baixada Santista

A industrialização acelerada da região provocou um grande surto migratório que dificultou a ordenação do espaço urbano. Conforme Gutberlet (1996), do ponto de vista da provisão de infra-estrutura urbana, Cubatão é considerada uma cidade desestruturada e caótica devido à falta de planejamento. A população de baixa renda ocupa lugares insalubres e inaptos a construção. Imensa maioria das áreas ocupadas pela população carente se situa às margens de estradas ou ferrovias, nas escarpas ou sobre manguezais. São terrenos pouco valorizados ou públicos que, geralmente, são invadidos (ocupados ilegalmente). Os bairros Cota 95/100, Cota 200, Cota 400, Cota 500 - nas encostas da serra do mar - , Vila Natal, Vila Esperança, Vila dos Pescadores - construções sobre manguezais - são alguns exemplos dessas localidades. Nestes locais, os moradores, em consequência da falta de infra-estrutura básica, vivem sob condições extremamente prejudiciais à saúde.

⁶ Além da Dow Química, as principais empresas localizadas no Guarujá são a Cutrale, Citro Suco, Local Frio, Wilson Sons, Nobara e Arzul.

A situação sócio-econômica nos bairros nascidos com ocupação ilegal é bem distinta daquela considerada ideal para ter uma boa qualidade de vida. A realidade nesses bairros, segundo Gutberlet (1996), é marcada por:

- Baixos salários e alta taxa de desemprego sazonal;
- Pouca qualificação profissional;
- Situação nutricional deficiente;
- Elevada taxa de mortalidade (principalmente entre lactantes e idoso);
- Alta suscetibilidade a doenças (principalmente doenças infecciosas e respiratórias);
- Assistência médica deficiente;
- Falta de escola e de baixo nível de qualidade educacional e;
- Alta taxa de criminalidade.

Nas cidades mais próximas ao pólo industrial a situação não é diferente. Muitas são as favelas sob palafitas e áreas insalubres nos municípios de São Vicente, Guarujá, Santos e Praia Grande. Nas demais cidades que compõem a região – Bertioga, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe – desfrutam de problemas semelhantes. (SOARES, 1984; SERRA, 1985). Segundo o IBGE (1991), a população marginalizada chega a somar 20% da população total da região.

Essa situação não chega a comprometer, no entanto, o estado geral de desenvolvimento da RMBS. A maioria da população desfruta de níveis de qualidade de vida invejáveis em qualquer parte do Brasil. (PNUD, 1998a; PNUD, 1998b).

3.1. O Desempenho dos Indicadores de Qualidade de Vida

O desenvolvimento na RMBS pode ser melhor visualizado com a ajuda dos indicadores de qualidade de vida estimados, para os municípios individualmente, pelo PNUD

(1998b): o Índice do Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o Índice de Qualidade de Vida (ICV)⁷. Ambos variam entre 0 (zero) e 1 (um), sendo que quanto mais elevados forem melhor a qualidade de vida na localidade analisada. Para facilitar a análise comparativa entre as diversas regiões é feita uma padronização dos resultados em três categorias: baixo desenvolvimento quando o IDHM e o ICV for menor que 0,500; médio desenvolvimento para os valores entre 0,500 e 0,800 e; alto desenvolvimento quando ultrapassar 0,800.

O IDHM é um indicador sintético que espelha três dimensões⁸ essenciais do processo de desenvolvimento de uma população e/ou região: longevidade, educação e renda.

Analisando o resultado do IDHM (vide tabela-01) para os municípios individualmente percebe-se que somente dois, no ano de 1970, Peruíbe e Guarujá, apresentaram resultados que denotam baixo desenvolvimento: 0,460 e 0,498, respectivamente. Os demais municípios e a Região Metropolitana obtiveram índices que lhes permite figurar na faixa das localidades com médio desenvolvimento. Em 1980, todos os municípios individualmente e a RMBS conquistaram resultados que lhes permite ser classificados como localidades de nível médio de desenvolvimento. No ano de 1991, o município de Santos, com IDHM de 0,830 (terceiro melhor desempenho do Brasil e primeiro da região), consegue figurar no rol das cidades com alto nível de desenvolvimento, os demais municípios e a própria RMBS, mesmo com significativas elevações, continuam com nível médio de desenvolvimento.

O ICV é um indicador mais completo que o IDHM pois, comporta cinco dimensões de desenvolvimento: longevidade, educação, infância, renda e habitação⁹. Os resultados relativos

⁷ Detalhes específicos sobre a metodologia do IDHM e do IVC, bem como os indicadores básicos utilizados estimação destes, ver PNUD 1998(a) e PNUD 1998(b).

⁸ Cada dimensão forma um indicador que após somados tira-se a média aritmética para obter o IDHM. Assim, o IDHM comporta: Indicador de longevidade, refletido pela esperança de vida ao nascer em anos, com ponderação de 2/3, e pela taxa de mortalidade infantil a cada mil crianças nascidas vivas, ponderação de 1/3; Indicador do nível educacional, composto pela combinação da taxa de alfabetização de adultos (pessoas com 15 anos e mais), com ponderação de 2/3, e pelo número médio de anos de estudo da população adulta (25 anos ou mais), com

a esse indicador podem ser vislumbrados na tabela 2. A RMBS obteve resultados de 0,671 e 0,756 em 1970 e 1980 que denotavam médio desenvolvimento. Em 1991, o ICV da região sobe para 0,804 que, mesmo que último quartil, coloca a RMBS no rol das localidades com alto nível de desenvolvimento com base apenas nesse indicador. Os municípios membros obtiveram, em 1970, ICVs que denotavam médio desenvolvimento. Em 1980, embora todos tenham apresentado significativa evolução apenas Santos pode ser classificada no rol das localidades de alto desenvolvimento. A situação é semelhante no ano de 1991 quando Santos consegue um ICV de 0,854 e as demais cidades oscilam com níveis entre 0,750 e 0,792 denotando médio desenvolvimento.

ponderação de 1/3 e; Indicador do nível de renda, medido pela familiar per capita média da localidade expressos em salários mínimos de 1991 (Cr\$36.161,60). (PNUD, 1998b).

⁹ Conforme PNUD (1998b), o ICV é uma média aritmética de outros cinco indicadores. Cada indicador é estimado através do método genebrino e incorporam vinte indicadores básico para melhor retratar as distintas dimensões de condições de vida, conforme segue:

- **Renda.** Procura abordar o nível e a distribuição da renda com: Renda familiar per capita média; Grau de desigualdade (medido pelo índice L de Theil); Porcentagem de pessoas com renda insuficiente (P_0); Insuficiência média de renda (conhecido também como hiato de renda médio – P_1) e; Grau de desigualdade da população com renda insuficiente (ou hiato quadrático médio – P_2).
- **Educação.** Procura refletir o nível educacional com: Taxa de alfabetização de adultos; Número médio de anos de estudo; Percentual da população com menos de quatro anos de estudo; Percentual da população com menos de oito anos de estudo e; Percentual da população com mais de onze anos de estudo.
- **Infância.** Abrange: Porcentagem das crianças que trabalham; Porcentagem das crianças que estão fora da escola; Defasagem escolar média e; Porcentagem das crianças com mais de um ano de defasagem escolar.
- **Habitação.** Reflete as condições habitacionais com: Porcentagem da população que vive em domicílios com densidade média superior a duas pessoas por cômodo; Porcentagem da população que vive em domicílios duráveis (casas de alvenaria e similares); Porcentagem da população com abastecimento adequado de água nos domicílios e; Porcentagem da população residente em domicílios com instalações adequadas de esgoto.
- **Longevidade.** É composto por: Esperança de vida ao nascer e; Taxa de mortalidade infantil.

Tabela 1: Índice do Desenvolvimento Humano municipal – 1970, 1980 e 1991			
Localidades	Índice do Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM		
	1970	1980	1991
Cubatão	0,554	0,705	0,756
Guarujá	0,498	0,691	0,753
Praia Grande	0,540	0,715	0,767
Santos*	0,732	0,766	0,830
São Vicente	0,631	0,717	0,786
Mongaguá	0,547	0,695	0,764
Itanhaém	0,525	0,704	0,748
Peruíbe	0,460	0,689	0,762
Baixada Santista**	0,555	0,725	0,776

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD, 1998(b)

* Inclui Bertioga, emancipada deste município em 1992.

** Valores obtidos a partir da metodologia apresentada para cada indicador, salvo os indicadores básicos de longevidade e o IDHM – Renda que constituem uma média ponderada dos resultados divulgados para cada município membro da RMBS.

Tabela – 2: Índice de Condições de Vida – 1970, 1980 e 1991			
Localidades	ICV		
	1970	1980	1991
Cubatão	0,652	0,704	0,766
Guarujá	0,572	0,690	0,761
Praia Grande	0,580	0,721	0,769
Santos*	0,769	0,809	0,854
São Vicente	0,675	0,737	0,792
Mongaguá	0,594	0,694	0,765
Itanhaém	0,582	0,702	0,763
Peruíbe	0,514	0,658	0,754
Baixada Santista**	0,671	0,756	0,804

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD, 1998(b)

* Inclui Bertioga, emancipada deste município em 1992.

**Valores obtidos a partir da metodologia apresentada para cada indicador, salvo os indicadores básicos de longevidade e o ICV – Renda que constituem uma média ponderada dos resultados divulgados para

cada município membro da RMBS.

Considerações Finais

No Brasil e em todo Terceiro Mundo, é comum se observar a distribuição desigual de recursos básicos para a maioria da população, tais como escolaridade, saúde, saneamento básico, habitação, renda, dentre outros. Desigualdades estas que, inerentes ao processo de crescimento dessas regiões, devem ser combatidas para gerar maiores e melhores benefícios para todos.

A distribuição deve regida pelos princípios da necessidade e da justiça social e não, apenas e tão somente, pelos desígnios das forças econômicas dominantes e das relações de poder político e dos processos de decisão que, geralmente, favorece algumas regiões e grupos em detrimento das regiões mais carentes e das camadas marginalizadas da população.

O desenvolvimento, ou melhor, a qualidade de vida na Baixada Santista avaliada através do Índice do Desenvolvimento Humano Municipal e do Índice de Condições de Vida apresentou níveis satisfatórios em todos os municípios e na Região Metropolitana da Baixada Santista como um todo.

O quadro social espelhado por estes indicadores, nos gráficos e tabelas, para os anos de 1970, 1980 e 1991 não apresenta muitas aberrações, ou seja, valores muito díspares da realidade das melhores e maiores cidades brasileiras. A RMBS conseguiu seu melhor desempenho no ICV de 1991 quando, com um índice de 0,804, consegue figurar no rol das localidades com alto nível de desenvolvimento.

No Índice do Desenvolvimento Humano Municipal a RMBS não conseguiu a mesma proeza. Todos os resultados obtidos para a região denotavam níveis de médio desenvolvimento. Porém, nos anos em questão o IDHM da região evoluiu bastante. Passou de 0,555, em 1970, para 0,725, em 1980, e 0,776, em 1991.

Esses resultados produzem um otimismo quanto a melhorias no nível de qualidade de vida da RMBS. Todas as cidades tem problemas mas, nenhum problema é de solução impossível.

Mesmo que a industrialização em estágio avançado na região, conforme demonstrado, não tenha gerado apenas efeitos positivos pois, o IBGE (1991) aponta cerca de 20% da população vivendo em condições precárias, a RMBS tem potencialidade de ser tornar uma das regiões com melhores níveis de desenvolvimento do Brasil. Santos, a cidade sede, já figura entre as localidades brasileiras de melhor desenvolvimento. Falta um pouco de esforço da sociedade e dos políticos locais para elevar os demais municípios membros e, por conseguinte, a RMBS a esta condição.

Nada é demais quando falamos em qualidade de vida, em seres humanos. Todo e qualquer esforço para melhorar o desempenho dos indicadores de desenvolvimento humano e de condições de vida é bem vindo e deve ser recebido de braços abertos pela população.

Referências Bibliográficas

- BRANCO, Samuel Murgel. **A Serra do Mar e a Baixada**. São Paulo: Moderna, 1992.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. **Aspectos da Distribuição de Renda no Brasil**. In: MONTORO FILHO, André Franco, *et alii*. Manual de economia. São Paulo: Saraiva, 1998, p.436-456.
- CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil 1930-1970**. São Paulo: Global e Ed. UNICAMP, 1985.
- CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto II: domínios do homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 135-158.
- CHALLOUB, Humberto. **Baixada Santista: a nova metrópole emergente**. In: Revista litoral Vivo, ano-01, n.01. Santos: Tec Art Editora, 1996.
- FERREIRA, Márcia dos Santos. **Economia Urbana e Metropolização: questões essenciais ao desenvolvimento da Baixada Santista**. Monografia. Santos: FACEC-UNISANTOS, 1991. Mimeo.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- _____. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.
- _____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- GOLDENSTEIN, Léa. **A Industrialização da Baixada Santista: estudo de um centro industrial satélite**. São Paulo: Ed. USP/IG, 1972.
- GUTBERLET, Jutta. **Cubatão: desenvolvimento, exclusão social e degradação ambiental**. Tradução de Kay-Uwe Gutberlet. São Paulo: EDUSP, Fapesp, 1996.
- MEADOWS, Donella H.; *et alii*. **The limits to growth**. New York: Universe Books, 1972.

- MILONE, Paulo César. **Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas.** In: MONTORO FILHO, André Franco, *et alii*. Manual de economia. São Paulo: Saraiva, 1998, p.511-530.
- NAHAS, Maria Inês Pedrosa, *et alii*. **Índice de qualidade de vida urbana de Belo Horizonte (IQVU-BH): um instrumento intra-urbanístico de gestão da qualidade de vida.** In: Anais do VII Encontro Nacional da ANPUR. Recife: ANPUR, 1997, p.1437-1451.
- Nosso futuro comum.** Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.
- OLIVEIRA ALVES, Denisard Cnéio de. **Educação, desenvolvimento econômico e distribuição de renda: a experiência brasileira.** In: MONTORO FILHO, André Franco, *et alii*. Manual de economia. São Paulo: Saraiva, 1998, p.531-543.
- PNUD. **Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores Brasileiros.** PNUD/IPEA/FJP/IBGE. Brasília: Edição própria, 1998(a).
- _____. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** PNUD/IPEA/FJP/IBGE. Brasília: Edição própria, 1998(b).
- _____. **Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil.** Brasília: PNUD; Rio de Janeiro: IPEA, 1996.
- ROURA, Juan R. Cuadrado. **Planteamientos y Teorías Dominantes sobre el Crecimiento Regional en Europa en las Cuatro Últimas Decadas.** Santiago do Chile: Revista EURE, vol. XXI, n° 63, pp. 5 –32, junho de 1995.
- SACHS, I. **As cinco dimensões do ecodesenvolvimento.** In: Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia.** São Paulo: Atlas, 1994.
- SCATOLIN, Fábio Dória. **Indicadores de desenvolvimento: um sistema para o Estado do Paraná.** Volume 1. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1989, p. 07-61. Mimeo.
- SERAGELDIN, Ismail. **Desenvolvimento sustentável: da teoria à prática.** In: Finanças & Desenvolvimento. Washington, DC: FMI/BIRD, 1996, p.03.
- SERRA, Nei Eduardo. **A Baixada Santista: seus problemas e soluções.** Santos: A Tribuna, 1985.

- SLIWIANY, Regina Maria. **Estatística Social: como medir a qualidade de vida**. Curitiba: Araucária Cultural, 1987.
- SOARES, Marcílio Braghetta. **Introdução à Formação Econômica da Baixada Santista**. Santos: ASSECOB / PRODESAN, 1984.
- SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.
- SUNKEL, Osvaldo & PAZ, Pedro. **El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo**. 22^a edição. México: Siglo XX Editores, 1988, p. 15-40.
- Sumário de dados da Baixada Santista – 1992**. Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S.A. São Paulo: EMPLASA, 1993.
- VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de & GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.